



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 108

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE SETEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 108

98ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 05

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 05

Dep. Elio Rusch 07

Dep. Luiz Claudio Romanelli 09

Dep. Edson Strapasson 10

Dep. Marcelo Rangel 13

Grande Expediente:

Dep. Stephanes Júnior 13

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 06

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 07

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 09

Liderança do Governo

Dep. Edson Strapasson 11

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 14

Discussão/Votação

Redação Final 14

2ª Discussão 15

Discussão Única (Proposições).. 15

Requerimentos 17

Encerramento da Sessão 17

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 17

DIÁRIO Nº 108

98ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 98ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Teruo Kato e Pastor Edson Praczyk.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e (30).

Ausentes a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho e Waldyr Pugliesi (21).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Dr. Batista (01).

Em licença o Sr. Deputado Edgar Bueno e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios:

Sob o nº 383/08-SPDDH/SEDH/PR do Sr. Pely Cipriano - Secretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos Substituto, comunicando a assinatura do Termo Aditivo nº 06 ao Convênio nº 086/03, entre a união, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, e a Secretaria da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná, com interveniência do Estado do Paraná, destinado a implementação do Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas de Curitiba/PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício Circular/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF/nº 71 do Sr. Fernando Antônio Brandão - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Governo do Estado do Paraná, no valor de R\$ 180.846,71, referente ao Programa Índice de Gestão Descentralizada Estadual. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 5424-SESu/MEC do Sr. Ronaldo Mota - Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, comunicando que a Universidade Estadual de Maringá celebrou Convênio nº 005/08 com a Secretaria de Educação Superior. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 5499-SESu/MEC do Sr. Ronaldo Mota - Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, comunicando que a Universidade Estadual do Oeste do Paraná e a Universidade Estadual de Londrina celebraram Convênios nºs 002/08 e 013/08, respectivamente, com a Secretaria de Educação Superior. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 5937-SESu/MEC do Sr. Ronaldo Mota - Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, comunicando que a Universidade Estadual do Centro Oeste celebrou convênio nº 015/08 com a Secretaria de Educação Superior. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício MEC/INEP/DGP/CGRL nº 003601/08 do Sr. Reynaldo Fernandes - Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP do Ministério da Educação, comunicando celebração de convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, para apoiar a realização das atividades relacionadas ao Censo Anual da Educação Básica, em todos os seus levantamentos referentes ao ano letivo de 2008. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício MEC/INEP/DGP/CGRL nº 003619/08 do Sr. Reynaldo Fernandes - Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP do Ministério da Educação, comunicando celebração de convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, que tem por objeto a conjugação de esforços para a realização do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA nos níveis de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio para brasileiros residentes no exterior. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício Circular nº 132-MTE/SPPE do Sr. Ezequiel Sousa do Nascimento - Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, encaminhando cópia do Quinto Termo Aditivo ao Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 055/06 - SETP/PR, celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, com a interveniência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, e o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, objetivando a indicação de recursos financeiros para o exercício de 2008. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 680/08 do Sr. Paulo Roberto Messias Strack, responsável pela Central de Convênios da EMBRATUR, informando o cancelamento do Convênio nº 00070/07 celebrado entre a EMBRATUR, como cedente, a Secretaria de Estado do Turismo, como conveniente e o estado do Paraná, como interveniente, tendo por objeto a execução das ações previstas no Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil, para o estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 335/08/Governo do Estado do Paraná do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros em 31/07/08 no valor de R\$ 8.832.539,99 (oito milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos), destinados ao estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 0218.778-05/07MCidades/Caixa, no âmbito do Programa Projetos Piloto de Investimentos/Intervenções em Favelas - UAS - Provisão Habitacional. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 346/08/Governo do Estado do Paraná do Sr. João Carlos Jagher Mendes - Gerente Geral E.E. da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros em 12/08/08, no valor de R\$ 4.669.045,73 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e nove mil e quarenta e cinco reais e setenta e três centavos), destinados ao estado do Paraná, referente às parcelas dos Contratos de Repasse nºs 0226.006-35, 0226.007-49 e 0224.994-48 dos Programas de Intervenção em Favelas e Serviços de Urbanização de Água e Esgoto. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 055/08 - Interno

Curitiba, em 02/09/08.

Senhor Presidente:

Através do presente, comunico à V. Exa. que em virtude de compromissos políticos assumidos na região do Vale do Ivaí, precisei ausentar-me das Sessões Plenárias realizadas nesta Casa de Leis na data de 01/09 do corrente ano.

Sem mais para o momento, agradeço pela atenção e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Indicação

INDICAÇÃO Nº 214/08

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Instalação de Defensorias Públicas Estaduais nos municípios com mais de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes.

Sala das Sessões, em 03/09/08.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal garante: “O estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Ainda, o artigo 134, *caput*, da mesma Carta Magna, define a Defensoria Pública como “essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados(...)”.

Entretanto, excetuando a capital do estado, na prática tal assistência jurídica no Paraná acaba sendo prestada pelos núcleos de assistência jurídica das faculdades de Direito. Não minimizando a importância de tal prática, principalmente em face do grande número de cidadãos necessitados de assistência gratuita, percebe-se uma enorme lacuna deixada pelo estado, que acaba por provocar o crescente descrédito da população quanto à proteção e à garantia de seus direitos.

Assim sendo, é de urgência inquestionável que tal omissão seja sanada, proporcionando a necessária assistência jurídica gratuita, que acabará por facilitar o exercício dos direitos, elevando a consciência da cidadania e melhorando a qualidade de vida às populações carentes. Para tanto, solicitamos o apoio dos Srs. Deputados, aprovando a presente indicação, que esperamos seja acatada pelo Poder Executivo.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2336

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, que seja realizada Sessão Solene no dia 13/11/08, em comemoração aos 100 anos de Umbanda.

Sala das Sessões, em 03.09.08.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A Umbanda, completa em 2008, 100 anos. Com o objetivo de minimizar o preconceito existente em torno das religiões de origem afro-brasileira, pretende-se organizar diversos eventos, aproveitando a data comemorativa do centenário da Umbanda.

Mesmo a Constituição Federal, no artigo 5º, VI, estipular ser inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias, o movimento umbandista continua sendo alvo constante do preconceito generalizado da sociedade.

A Umbanda, uma religião genuinamente brasileira, foi fundada em 15/11/1908 no estado do Rio de Janeiro, e em 2008 estará completando 100 anos de fundação. Enraizada na cultura brasileira, evoluiu muito durante esses 100 anos de existência. Os rituais que antes aconteciam apenas de forma escondida pela perseguição que sofriam, hoje contam com grandes instituições e colégios que a fortalecem, até mesmo com uma Faculdade de Teologia Umbandista reconhecida pelo MEC. Presente atualmente em 12 países a Umbanda possui milhares de adeptos em todo o mundo, principalmente no Brasil.

Infelizmente o preconceito e a intolerância religiosa a esse segmento ainda é muito grande, o que faz que esses números tão expressivos não sejam observados facilmente nas ruas. A grande maioria destes Templos de Umbanda, cerca de 90%, não possuem identificação em suas fachadas, a grande maioria dos umbandistas, quando questionados sobre sua religião, não se identificam como tais, tudo isso pelo temor a animosidade da sociedade, que de uma forma geral critica aquilo que desconhece. Esses dois procedimentos, tanto da sociedade umbandista como da não-umbandista, causam um ciclo vicioso, gerando assim mais preconceito e mais temor ao preconceito, conseqüentemente causando a exclusão social de uma grande parcela da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 2338

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar, à família do Sr. Marquinhos dos Santos, agricultor de Marialva, falecido aos 34 anos de idade.

Marquinhos era casado, deixa viúva a Sra. Suzane, e dois filhos menores, Marcos de 9 anos e Adrian de 2 anos.

Ficam registrados nesta Casa os sinceros pêsames deste Parlamentar à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.09.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2340

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar, à família do Sr. Oscar Kodama, empresário de Maringá, de 28 anos de idade, na capital francesa, Paris, quando viajava para o Japão.

Oscar Kodama, viajava para o Japão, mas morreu na capital da França, local de conexão de vôos, com causa da morte ainda desconhecida.

Kodama embarcou em Londrina na sexta-feira e fez conexão em Guarulhos no mesmo dia, rumo a Paris. Na noite de sábado, embarcou no vôo 206 da All Nippon Airways (ANA) no aeroporto Charles De Gaulle. De acordo com o consulado brasileiro, no momento do embarque, Kodama sentiu-se mal e foi retirado da aeronave e internado no serviço médico do aeroporto. No dia seguinte quando quis embarcar novamente sentindo mal, veio a falecer.

Ficam registrados nesta Casa os sinceros pêsames deste Parlamentar à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.09.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 378/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Centro Evangélico Social e Educacional - SEMEAR, com sede e foro no município de Porto Amazonas/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/09/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Centro Evangélico Social e Educacional - SEMEAR, fundado em 24/12/04, desenvolve atividades de caráter educativo, cultural e social, oferecendo cursos para crianças, adolescentes e jovens, visando prepará-los e facilitar seus ingressos numa universidade e no mercado de trabalho.

Tem como objetivo conscientizar e educar as crianças e a comunidade em geral através de trabalho organizado e sistemático, com a oferta de variados cursos os quais levará a uma mudança de atitudes e a uma mudança social com relação a forma e o meio em que vivem buscando uma melhoria progressiva.

O título de utilidade pública estadual vem a complementar o reconhecimento pelo importante trabalho que esta instituição realiza para a cidade de Porto Amazonas.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passamos ao Pequeno Expediente. Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Presidente Nelson Justus, Deputado Teruo, Deputado Jonas, Parlamentares, imprensa, visitantes, telespectadores da TV SINAL, TV MERCOSUL.

Sr. Presidente, a notícia que circula é de que o irmão do Governador Roberto Requião, Eduardo Requião, será nomeado Secretário dos Transportes do Paraná. Bom, nós somos da Oposição e essa nomeação é prerrogativa única e exclusiva do Governador Roberto Requião, então não nos cabe tecer aqui maiores comentários. Mas pegando carona no momento em que se comenta a eventual nomeação do Eduardo Requião para Secretário dos Transportes, gostaria de fazer um apelo ao Governo como um todo e ao próprio Governador Requião, porque a minha base eleitoral é Londrina, o povo de Londrina que me elegeu, na sua grande maioria, Deputado Estadual, evidente que tive votos também em outros municípios, mas a minha campanha ficou centralizada em Londrina, onde tive a honra de ter sido, em todo Paraná, o Deputado que obteve a maior votação numa mesma cidade, não no estado, numa mesma cidade eu fui o Deputado Estadual eleito com o maior número de votos dado pela população de um mesmo município: foram 68 mil votos, somente em Londrina.

Ao retratar aqui a situação de minha cidade de Londrina, é evidente e provável que seja também a fotografia de uma boa parte dos municípios do Paraná: na minha cidade há uma economia na construção de passarelas para que os pedestres possam atravessar rodovias perigosas e daí virou rotina no rádio, nos jornais, na TV, notícias de atropelamentos, muitos até fatais, porque são poucas as passarelas para favorecer o pedestre em Londrina.

Na minha cidade, com 500 mil habitantes, é um vergonha, mas até hoje não tem uma ciclovia, e sabemos que agora tem verba até do Governo Federal, através do Ministério das Cidades. São milhares de londrinenses que se dirigem ao trabalho, às universidades, às escolas, que usam a bicicleta como meio de transporte para economizar na passagem do ônibus.

Quero aqui, então, fazer um apelo ao Ministério das Cidades, ao Governador, para que num pacote, em conjunto, possam, oferecer a estes milhares e milhares de trabalhadores e trabalhadoras de Londrina que não têm uma ciclovia, essa importante obra que, volto a repetir, a bicicleta é o transporte do trabalhador visando a economia na passagem de ônibus.

Tem a rodovia Celso Garcia Cid, que liga a zona sul toda, desde a saída para Curitiba até a universidade estadual, rodovia perigosa, não tem ciclovia, não há nenhuma ligação por ciclovia, como nenhuma região da minha cidade. Também é de se lamentar, Presidente Nelson Justus, a falta de carinho, de consideração, de ajuda das nossas autoridades superiores. Londrina, há muito tempo, eles ficam prometendo para o povo que vão fazer um viaduto para ligar o Conjunto Jamile Dequech, na zona sul, até o bairro União da Vitória, porque ali passa a rodovia que liga Londrina com Curitiba. Já fizeram festa, já deram entrevista e passa um ano, dois anos, três anos, cinco anos, as autoridades vão lá, saem na TV, no jornal, na rádio, o povo aplaude, porque vai ter finalmente viaduto, mas não tem um tijolo, não tem um pedaço de concreto levantado, não tem uma estaca levantada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. tem um minuto, ou o horário do seu partido.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O SR. ANTONIO BELINATI

Ok. Não tem nada, nada sobre esse viaduto ligando o Jamile Dequech até União da Vitória. Na avenida Brasília, que liga Londrina com Mato Grosso, com São Paulo, com Foz do Iguaçu, com a Argentina, com o Paraguai, uma das rodovias mais movimentadas do Brasil, há muito tempo se fala da construção de uma trincheira para passar por baixo da rodovia para ligar o centro de Londrina com a zona norte, em especial os cinco conjuntos, ou para ligar a zona norte e os cinco conjuntos com o centro da cidade. Faz muitos anos que as autoridades anunciam, cada vez que chega a campanha eleitoral eles prometem viaduto do Jaime Dequech, viaduto da avenida Brasília, prometem ciclovia, prometem tanta coisa e passa a eleição e cai tudo no esquecimento na cabeça das autoridades, porque o povo tem boa memória. Com certeza, vai chegar o momento em que o povo vai cobrar cara a cara, tête-à-tête, olho a olho, de determinadas autoridades, quando novamente eles vierem para dar tapinhas nas costas do eleitor, pedir voto, porque querem continuar no poder.

Elas acham, até reclamam que o poder é desgastante, mas não querem largar o poder. Se não querem largar o poder, e não é ditadura, que para chegar até o poder depende do voto, o nosso desejo é que essas autoridades prometam ao nosso povo, única e exclusivamente, aquilo que a autoridade pode viabilizar.

Mas, não só os viadutos que Londrina está reclamando, tem o asfaltamento da estrada que liga o distrito do Espírito Santo, em Londrina, com o município de Arapongas, um pouco mais de 30 quilômetros. Também já fizeram muita festa, com fogos, porque iam começar o asfalto. Os anos vão passando e nada, nada, nada, uma pedrinha sequer foi jogada para fazer esses asfalto. A cidade de Londrina cobra o asfalto do distrito de Maravilha até o distrito de Paiquerê, pelos buracos, para acabar com a poeira, com a lama, para facilitar o escoamento da safra agrícola. A cidade de Londrina, os agricultores pedem o asfaltamento da estrada Paiquerê até o distrito de Lerroville. Outra estrada em região de grande produção agrícola e que está totalmente esquecida pelo nosso Governo.

Por último, a população cobra pelo menos o calçamento, de preferência o asfalto, ligando o distrito de Lerroville até o salto do Apucarantina, onde tem a reserva indígena, dos Índios Caingangues. Tem a beleza do salto do Apucarantina, 98 metros de altura a queda d'água. Tem muito artesanato fabricado por esses índios, mas o turismo na região fica quase impossibilitado pela falta do asfalto, Lerroville até o salto do Apucarantina.

Estou, evidentemente, fazendo aqui um choro às nossas autoridades, um apelo para que não esqueçam de Londrina. Faz oito anos que Londrina não recebe nem mais uma indústria, nenhuma grande empresa, o emprego em Londrina secou, acabou, o problema da Saúde também está sério. E que as nossas autoridades, pelo menos, façam os viadutos, façam as passarelas, as ciclovias e o asfalto, porque facilitando o escoamento da safra agrícola, está dando estímulo aos nossos produtores rurais, inclusive para o transporte de seus filhos, que precisam se locomover até a cidade, até o seu destino, para poder estudar.

É este o apelo, em nome de uma cidade, Presidente Antonio Anibelli, de 500 mil habitantes como Londrina e que tanto participa, com tanto amor, com tanta garra e disposição de cada londrinense, ajudando o progresso do Paraná, no desenvolvimento do nosso Brasil. Porque o londrinense, o "pé vermelho", é bem apegado ao trabalho. Basta lhe dar condições que ele vai continuar ajudando, e muito, no desenvolvimento do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência deseja a V. Exa., que é candidato a Prefeito de Londrina, pleno êxito, bem como ao Deputado Cheida. Esta Casa se sentirá honrada se um dos senhores for o Prefeito de tão bela e próspera cidade. Este é o meu desejo, seu colega desde 1974, na Câmara dos Deputados.

Concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna, hoje, com toda certeza, é uma dúvida que existe em toda a sociedade do Paraná, ontem e hoje. E esta dúvida, quanto mais rápido for esclarecida, quem sai fortalecido é exatamente o próprio Governo do Estado.

Sabemos que a questão do porto de Paranaguá, tão amplamente debatido e discutido na Casa, Deputados que foram visitar o porto, Comissão Especial, e a questão ainda continua delicada em Paranaguá, após a decisão do Supremo Tribunal Federal em relação ao nepotismo. É lógico que todos os Governos e todos os Poderes devem se adaptar de acordo com a nova resolução do Tribunal Superior Federal. Aliás, a interpretação da resolução que é nova, agora. Com isso, o Governo do Estado do Paraná procura se adaptar dentro da legislação vigente, dentro da legalidade. A questão da moralidade é outra questão.

O Governo do Estado nomeia um dia o Superintendente do porto de Paranaguá em Secretário Especial. Depois desaparece na Agência de Notícias o decreto. Não se sabe mais onde existe o decreto. O Deputado Marcelo Rangel, na Sessão de ontem, já levantou esta questão do decreto, se ele existe ou não, em relação a esta nomeação de Secretário Especial. E o que permaneceu, efetivamente, é a dúvida para os Parlamentares, e acredito que para toda a sociedade. Porque toda a administração pública tem um organograma que deve ser seguido, e o porto de Paranaguá, a APPA, está subordinada à Secretaria dos Transportes.

Quando tomei conhecimento, acredito que como toda a sociedade do Paraná tomou conhecimento que o Governo do Estado teria nomeado o Superintendente do Porto em Secretário Especial dos Portos, da APPA, isto não consta no organograma do Governo e não consta ao menos na lei que instituiu a organização governamental.

Pois bem, o que o Superintendente iria fazer? Iria ser Secretário Especial e responder pela Superintendência da APPA? Ninguém sabe. Agora, o que tomamos conhecimento, e não vou levar por surpresa se no dia de hoje, ou no dia de amanhã, for publicado um decreto nomeando o atual Superintendente do Porto de Paranaguá como Secretário dos Transportes. Aliás, alguns jornais e órgãos da imprensa já têm ao menos especulado isso, que poderia acontecer que o Sr. Eduardo poderia ser o novo Secretário dos Transportes e sempre, desde o tempo em que me conheço e participo da vida pública, a APPA sempre estava subordinada à Secretaria dos Transportes, como já disse agora há pouco. Agora, se o Eduardo for nomeado Secretário dos Transportes, volta Rogério Tizzot para a diretoria do DER? Se ele for nomeado como Secretário dos Transportes, ele vai acumular a Superintendência dos Portos ou será outra pessoa nomeada?

Sabemos que o Governador, neste momento, deve estar em uma situação muito delicada, porque por um lado existe uma resolução do Supremo Tribunal Federal e por outro lado existem os seus irmãos.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Uma questão o Governador já tem resolvida, a questão ao menos momentânea do Maurício, que era Secretário da Educação e hoje está no Tribunal de Contas como Conselheiro. É lógico que ainda existem algumas pendências judiciais que devem ser resolvidas, mas na questão da APPA e da Secretaria dos Transportes, talvez agora o Governador, tendo na Secretaria dos Transportes o Eduardo como Secretário Especial para Assuntos Rodoviários, coisa que a nossa assessoria nos informa agora, que ele já está nomeado, já existe o decreto, sendo que acabei de dizer que não me tomaria por surpreso e agora estou sendo informado por nossa assessoria que já aconteceu e já se efetivou esse fato: Eduardo Requião já foi nomeado Secretário Especial para Assuntos Rodoviários. Pois bem, o que vai acontecer?

Aí penso que talvez se resolva uma velha promessa feita em 2002, quando Roberto Requião era candidato a Governador e ele disse que o pedágio, ou baixava, ou acabava, e o seu Secretário dos Transportes talvez não tenha encontrado a fórmula correta de acabar ou reduzir o pedágio e talvez o Eduardo agora encontre uma fórmula, junto com o Governador do Estado do Paraná, para reduzir o pedágio no estado do Paraná, porque terá na Secretaria o Eduardo, que irá substituir o Rogério Tizzot. E o Rogério irá para onde, ou será que ele vai para a Superintendência dos Portos? Vão fazer apenas uma permuta, uma troca, um giro dentro da questão administrativa do Governo do Estado!

Então, tudo isso aqui merece uma reflexão profunda de toda a sociedade do nosso estado, porque de um lado você tem a nomeação de determinada pessoa para ser Secretário Especial, de repente esse decreto já muda. E é por essa razão, nada mais justo que a Assembleia e a sociedade do Paraná possam ser esclarecidas através do requerimento que o Deputado Marcelo Rangel vai apresentar na Sessão de hoje, e na esperança que a Bancada do Governo aprove esse requerimento, para que sejam esclarecidos esses fatos já levantados por diversos Parlamentares.

Mas o que nos preocupa, efetivamente, é que a questão administrativa do Paraná não pode ser afetada, e a sociedade do estado, num todo, não pode sofrer as consequências por alguns atos e algumas medidas tomadas pelo Governo do Estado, com o único objetivo, de repente, de só segurar o seu irmão lá no Governo do Estado. Ora, nós como Parlamentares temos a obrigação, sim, de fiscalizar os atos do Executivo. Não fazemos oposição pelo bel-prazer de fazer oposição, mas o que não podemos aceitar é que, de repente, no afogadilho, você

faz um decreto, muda um decreto, nomeia para Secretário, depois nomeia para outro departamento. O que está acontecendo, efetivamente, na administração do Governo do Estado?

Agora, a questão do porto é preocupante. Talvez com a saída do Sr. Eduardo da APPA possamos ter um novo Superintendente que resolva o problema do canal da Galheta, que resolva o problema da dragagem, que resolva o problema da iluminação, que resolva o problema, que eu fui informado na semana passada, mais de 70 empresas que já têm protocolado o seu pedido para prestar serviços correlatos lá no porto de Paranaguá, que não recebem autorização, que faltaria apenas a assinatura do Superintendente do Porto. Quais são essas empresas? São empresas que prestam serviço para o navio que atraca no porto de Paranaguá, seja na limpeza, na coleta de lixo, na solda, enfim, qualquer serviço que é executado. Talvez se resolva o problema com a saída do Superintendente do Porto, resolva o problema de Paranaguá e resolva também o problema da Secretaria dos Transportes, que é do pedágio que não foi resolvido até hoje.

Talvez essa mudança e essa mexida no Governo do Estado possa resolver essas promessas, já há mais de seis anos, que até hoje não foram cumpridas. E cabe então a nós Parlamentares levantar essas questões aqui na Assembléia Legislativa, para que isso possa ser esclarecido para a sociedade do Paraná.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, nós somos fiscais, é nosso dever. Ontem, quando estava ouvindo a leitura do protocolo pela Mesa Executiva, notei algo esquisito: dois decretos com o mesmo número, o decreto da nomeação do Sr. Eduardo Requião, Decreto nº 3308/08, e um outro decreto com o mesmo número com um outro conteúdo. Eu fiz apenas uma questão de ordem, perguntei à Mesa Executiva e também questionei a Bancada do Governo, a Liderança do Governo, e não houve resposta. Por isso, hoje estamos entrando com pedido formal, um requerimento para que essas informações oficiais nos cheguem o mais rápido possível.

Mas que queria passar uma informação a V. Exa., Deputado Elio Rusch, que segundo o Decreto nº 3347, de 02 de setembro, o Sr. Rogério Tizzot, foi nomeado Secretário dos Transportes Rodoviários. Então, o que V. Exa. falou na tribuna a respeito da possibilidade do Sr. Eduardo Requião assumir o cargo de Secretário dos Transportes, é realmente uma afirmação que acredito que vai acontecer. Então, é só para passar a informação à V. Exa. que estamos fiscalizando, estamos de olho. E existem decretos que são inválidos, têm problemas administrativos e erros graves que precisamos estar atentos aqui na Assembléia Legislativa para que isso não aconteça.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço o aparte, Deputado Marcelo Rangel, e o esclarecimento feito por V. Exa.

O Decreto nº 3347, do dia 2 de setembro, nomeia o Sr. Rogério Tizzot para Secretário Especial para Assuntos Rodoviários. Com isso, o cargo de Secretário dos Transportes está vago. E, com toda certeza, o Sr. Eduardo Requião será nomeado como Secretário dos Transportes do Estado do Paraná.

Fica a dúvida: o que vai acontecer com o porto, com a superintendência? Vai acumular ou vai abrir mão? Ele, como Secretário dos Transportes, espero que resolva as questões do porto de Paranaguá e resolva a questão das rodovias no nosso estado do Paraná.

Por falar em rodovias, estou percorrendo, como todos os Deputados estão, o interior do Paraná, e as rodovias do oeste do Paraná estão intransitáveis.

Olha, essa propaganda feita da recuperação de 5 mil quilômetros...

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Falando em rodovias, gostaria até que o Líder do Governo nos ouvisse.

Há 60 dias a Rede Globo fez uma matéria de um trecho de estrada que liga o município de Pranchita a Santo Antonio do Sudoeste. É uma verdadeira vergonha! Mais de 1.000 caminhões diariamente percorrem esse trecho, porque é o caminho de ligação dos três estados do sul ao Mato Grosso. É impraticável! Para fazer 4 quilômetros um caminhão leva mais de meia hora! E, infelizmente, até o presente momento não presenciamos nenhuma ação do Governo em fazer a recuperação.

Portanto, quero me somar ao seu pronunciamento. Já houve uma movimentação encabeçada por populares das duas cidades. Entendo ser o pior trecho de estrada do interior do Paraná.

Que essa decisão sábia do Governador Roberto Requião em nomear seu irmão para a Secretaria dos Transportes possa resolver o problema que estamos vivendo entre esses dois municípios lá na região sudoeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço o aparte, Deputado Ademar Traiano.

Quero dizer, mais uma vez, nós que conhecemos o Governador Roberto Requião, todas essas atitudes não me causam estranheza. Sabemos da forma do Governador administrar, de ele agir diante das decisões da Justiça.

Sempre entendo que decisão da Justiça não se discute, cumpre-se. E no Paraná se faz o inverso.

Poderia falar ainda das possibilidades, e está se cogitando também a saída do Chefe da Casa Civil, talvez a desinformação que existiu entre o Chefe da Casa Civil e o próprio Governador do Estado do Paraná em relação à aprovação das contas de 2007, quando o Tribunal de Contas aprovou-as com ressalvas.

O Chefe da Casa Civil, Sr. Rafael Iatauro, que já foi Presidente do Tribunal de Contas, disse que em 60 dias seria cumprido. O Governador, logo depois, disse que não tinha problema nenhum no Tribunal de Contas. Talvez esse seja um dos motivos que possa levar ao afastamento do Chefe da Casa Civil para assumir outra Secretaria, também, já que o Coordenador Político fala diferente do que seu próprio Chefe maior, que é o Governador do Estado do Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Informo a V. Exa. que o tempo é de cinco minutos. O senhor também poderá fazer uso do horário da Liderança do seu partido.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Agradeço, Deputada Cida. Certamente V. Exa. que é uma pessoa que tem sensibilidade, sabe que para responder alguns dos temas levantados, vou precisar de mais tempo do que os cinco minutos regimentais. Agradeço, Sra. Presidente.

Srs. Deputados, ouvi as palavras do Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch e, sinceramente, é um repeteco. Temos que reconhecer que há um desejo de V. Exa., Deputado Elio Rusch, de poder querer. O Deputado Valdir Rossoni está fora desta discussão, mas assim como V. Exa. ele quer pautar a conduta de um Governador que foi legitimamente eleito pelo voto soberano do povo paranaense. Muitas vezes, também, ouço essa tentativa nas palavras do Deputado Marcelo Rangel. O Deputado Marcelo Rangel sente-se como se fosse Governador do Estado.

Ora, Deputado Rangel, Deputado Elio Rusch e Deputado Rossoni, que está quietinho ali hoje, que está licenciado da Liderança da Oposição - e não estou aqui provocando, nem cutucando o Deputado Valdir Rossoni - mas V. Exas. hão de reconhecer que ninguém fica perguntando quem V. Exas. nomearam nos seus gabinetes, nem no meu. Nomeamos quem? Nomeamos as pessoas em quem temos confiança. Eu mesmo, com muita dor no coração e até com prejuízo da minha comunicação, exonerei o meu filho, que é um bom jornalista e que me assessorava. Nem por isso vou dizer a V. Exas. que divirjo da súmula que foi imposta à nação por uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

Exas., vamos ler a súmula, vamos ler os precedentes judiciais e vamos identificar justamente o que quis dizer o STF. Até agora, infelizmente, só pudemos analisar aquilo que os jornais dizem, porque, certamente, ninguém parou para ler o Diário da Justiça e ler a íntegra não só da súmula, mas dos fundamentos jurídicos que compõem a súmula vinculante do STF. Lá nos precedentes que fundamentam a súmula, está posto que os cargos de

agentes políticos não estão alcançados pela vedação da súmula. Está absolutamente claro que as funções de Secretário de Estado e de Secretário Municipal são cargos que não são alcançados pela vedação, não são atingidos pela Súmula nº 013.

Ora, Exas., todos sabem a postura e a conduta ética do Governador Requião. Ninguém aqui nesta Casa ousa levantar sequer suspeita sobre as atitudes e a conduta ética e, mais do que tudo, sobre a probidade do Governador Requião, nem a Oposição. Mas, reconheçamos aqui que o Governador Requião, claramente, na campanha eleitoral em 2002? “Quero ser eleito Governador e o meu Secretário da Educação será o professor Maurício Requião.” E nesta Casa, aqui, até a Oposição concorda, até porque tivemos uma votação extraordinária na indicação do seu nome ao Tribunal de Contas, inclusive da Oposição, de parte, pelo menos, expressiva da Oposição, reconhecendo que o Maurício Requião foi, indiscutivelmente, um bom Secretário. Não vou cometer aqui os exageros verbais e dizer que foi o melhor Secretário, quem julga isso é cada um dos educadores, cada um dos pais, as pessoas podem pensar livremente sobre o que estou falando, cada um forma o seu próprio juízo de valor. Mas, reconheço que ele foi um bom Secretário.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Ora, todos também sabem que o Governador Requião tem uma preocupação muito grande com relação ao porto de Paranaguá. Todos sabem que os interesses dos privatistas ou privatistas - certamente se o Deputado Waldyr Pugliesi estivesse aqui me corrigiria, ele está na Liderança - mas infelizmente os setores que defendem o capital, querem porque querem colocar as suas garras no porto de Paranaguá. O porto de Paranaguá é a jóia da coroa, antigamente era a COPEL, mas a COPEL foi blindada. Este Governo tomou uma série de precauções, a Assembléia, inclusive, votou leis que fizeram com que o estado nunca mais fosse minoritário, os procedimentos são transparentes, a COPEL, eu diria, está blindada, mas o porto de Paranaguá, não. O porto de Paranaguá não tem como funcionar se não for em parceria com o setor privado, mas tem alguns que não querem trabalhar em parceria com o porto de Paranaguá, na verdade eles querem se tornar donos do porto público, que é de todos os paranenses.

Os portos brasileiros são delegações da união, até pelo princípio da soberania que rege uma nação, um país, mas todos sabem que o porto é nosso. E esse porto é objeto da ganância dos privatistas. E tenho que reconhecer, V. Exa. sabe, eu conheço há muitos anos o Superintendente Eduardo Requião, há 30 anos. Pois bem, aqui há críticas sobre a gestão do porto, mas nunca vi ninguém nesta tribuna levantar, ter a coragem de falar sobre a questão da probidade, da honradez, que eu conheço, do Eduardo Requião.

Quero dizer a V. Exas. que vivemos um período em que cada um de nós tem que ter a responsabilidade de defender os interesses pelos quais aqui chegamos, mas, com certeza absoluta, temos que ter coerência. E o Governador Requião tem coerência que não ele quer manter o Superintendente Eduardo Requião no Governo: é porque ele sabe que precisa dele, não é para poder dar um emprego para um irmão. Sabemos que o que está em jogo são os interesses poderosos daqueles que querem colocar as suas garras no porto de Paranaguá.

Dizer a V. Exas., primeiro, Deputado Marcelo Rangel: está ali o documento. Não existem dois decretos. O decreto é um só, o 3308, que é de anulação de uma exoneração feita pelo Governador Requião. Em relação ao Superintendente dos Portos, o Governador não decidiu ainda o que fazer. A solução, a alternativa de nomeá-lo como Secretário de Estado dos Transportes, indiscutivelmente constitucional, legal, possível, que poderá ser avaliada, certamente, por S. Exa., que tem a legitimidade. O Governo e o Governador tomarão as decisões havidas da legitimidade do mandato que ele exerce. Tenho que reconhecer que há muitos interesses contrariados.

Era isso, Sra. Presidente, Srs. Deputados e demais presentes.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, nesta tarde, para estabelecer a necessidade que tem esta Casa de debater, em maior profundidade, a questão da região metropolitana de Curitiba, sobre a qual, nesta semana, teve uma série de reportagens da Gazeta do Povo.

Na segunda-feira tivemos uma matéria que destacava as dificuldades no setor de saúde, internamento e emergências da rede de Saúde de Curitiba e região. Ontem, o Dr. Alcidino, que é o Coordenador da Região Metropolitana de Curitiba, falou do processo atual, onde ao invés de vermos no dia-a-dia o incremento da integração da nossa querida região metropolitana de Curitiba e o pólo central capital, vemos uma perfeita dessintonia, desintegração, onde a questão municipalista fala por si só e os Prefeitos encontram grande dificuldade de estabelecer, desde um consórcio de saúde e, principalmente, a questão de discutir com maior amplitude a integração do transporte coletivo regional.

Falo aqui da Saúde, porque por mais importante que seja a questão de transporte, a Saúde representa o desespero do cidadão, que em qualquer hora do dia ou da noite vê alguém da sua família precisando ser removido para um hospital de maior qualificação, de uma cirurgia ou de uma atenção de alta complexidade, de um leito hospitalar ou de uma UTI e cai na Central de Leitos.

Nós, Deputados, lideranças locais, somos acionados em nossa casa, no nosso celular, de forma desesperada, para tentar agilizar aquilo que representa a diferença entre a vida ou a morte de uma pessoa.

Do outro lado, um sistema de computador, que é a Central de Leitos, analisa de forma fria a solicitação de onde vem, seja para uma UTI, ou para uma internação, ou uma cirurgia.

Recentemente, recebi à noite em minha casa, em torno das 23h30, uma ligação de alguém que me dizia: “Deputado Strapasson, somos de Rio Branco do Sul, estamos sendo atendidos aqui no Hospital Nossa Senhora das Graças, no setor de emergência, para onde trouxe a minha mãe para que possa receber atenção na sua necessidade de saúde. Foi constatado que ela está com uma inflamação e precisa ser removida urgentemente para fazer uma cirurgia, porque o apêndice já está estourado, está infeccionado”. Se não recebesse, pelo estado de saúde dela, pela idade, a cirurgia em três horas, ela estaria com a sua vida muito comprometida, podendo morrer em questões de horas.

O Hospital Nossa Senhora das Graças é um grande hospital, com certeza, que atende com grande qualificação, mas não atende o SUS. E é importante esta Casa criar uma lei, um regulamento forte, porque não é possível um hospital que é administrado muitas vezes pelo voluntariado, se beneficiando até de vantagens na questão fiscal, receba um ser humano e diga: “Ela está prestes a morrer. Se não nos trouxerem R\$ 10 mil ela poderá morrer”. Esse hospital faz um encaminhamento para o Hospital São Vicente, alegando que lá teria condições de ser atendida. A pessoa pega o seu ente querido, coloca no carro, em estado já de se desesperar, chega no outro hospital e diz: “Olha, aqui nós conseguimos fazer a cirurgia, mas é particular. Vai custar R\$ 5 mil”. Como se a vida fosse uma questão de preço. E aquela pessoa me liga novamente, porque a Central de Leitos não consegue vaga e ela tem que ser operada emergencialmente. E o que tenho que dizer? Pague e vamos ver uma forma de dividir, nem que tenhamos de fazer uma campanha para pagar o custo de alguém que está desesperado.

Esta é a realidade da nossa região, talvez de outras regiões do Paraná e que precisa ser enfrentada de frente.

Quero perguntar o seguinte: por que isso acontece de forma mais grave na região metropolitana? Porque segundo o pacto da tripartite, houve o entendimento em 1996 que a rede hospitalar de alta complexidade de Curitiba, que atende muitas vezes o estado inteiro, mas temos outros hospitais regionais que também têm alta complexidade e atendem as suas regiões, mas a região metropolitana não tem aonde se apegar se não for na rede hospitalar de Curitiba. E pelo pacto, temos 30% das vagas hospitalares e de UTIs reservados à região metropolitana, ao litoral e à União da Vitória, que é uma macrorregião atendida com esses 30%.

Ora, Curitiba tem 57% da população da região metropolitana, sim, pouco mais que a metade, mais 30% para atender quase a população de toda região, considerando o perfil social. Curitiba tem um perfil de população que, com certeza, em percentual, recorre menos à rede pública. Porque tem aquele particular, tem os planos de saúde, muitos funcionários que são empregados em empresas que têm plano de saúde e não usam a rede pública. No entanto, Curitiba recebeu no ano passado R\$ 27 milhões para atender, na gestão plena, R\$ 15 *per capita* para atender a questão ambulatorial e a questão hospitalar. Enquanto que o estado do Paraná recebeu 38 milhões, um pouco mais, para atender 386 municípios, ou seja, R\$ 5 *per capita* para atender o resto do estado, praticamente, nesta questão ambulatorial e na questão de internamentos hospitalares.

É evidente que estamos criando uma distinção e é evidente que um cidadão que recorre a um leito hospitalar, seja UTI ou um leito para fazer cirurgia, ele está diretamente beneficiado, porque 70% das vagas vão para Curitiba. Quem administra a Central de Leitos é Curitiba, que é majoritário e é claro que vai dar preferência ao seu cidadão, e é evidente que o cidadão da região metropolitana fica esperando, seja, seja em Rio Branco, seja em Almirante Tamandaré, seja em São José, na Fazenda Rio Grande ou no pronto-atendimento do Maracanã, que eu recebo, diariamente, pedidos em busca desesperada de um leito que não se consegue!

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

Aqui em Curitiba o computador, de forma fria, entende que precisamos de um leito para alguém que já está internado no pronto-socorro do Maracanã, em Colombo, o que não é verdade, porque não é pronto-socorro, é pronto-atendimento, não existem leitos, não existem recursos, não existe cirurgia, não existe condição de dar o atendimento necessário àquele cidadão. Recentemente, um jovem de 17 anos, que também estava com apendicite estourada, quase morreu também porque demorou um dia inteiro, uma noite inteira para conseguir uma vaga de emergência. Isso ainda com intervenção que nós podemos fazer!

Precisamos rever esse critério. O estado do Paraná, enquanto poder estatal, precisa se estabelecer para corrigir as injustiças da região metropolitana, não só porque é a região que eu resido, que eu convivo e conheço as pessoas, porque conheço em Curitiba também, mas porque está se criando uma distinção: existe o cidadão de Curitiba, que tem atendimento priorizado com uma maior rede ofertada, tanto hospitalar quanto laboratorial e exames, e existe o resto da região, que tem quase a população de Curitiba, mas as demandas são maiores! Por quê? Porque o perfil populacional, a demanda social é muito mais carente e precisa muito mais da rede pública! Então, é importante o estado estabelecer e aportar recursos, seja

do orçamento estadual, seja da redefinição do pacto com o SUS, para que haja, efetivamente, uma igualdade de atendimento, uma fila única para todas as questões do Paraná e da região metropolitana e que eu acho que tem que ser urgente!

Concedo o aparte ao Deputado Francisco Bühner.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB)

Deputado Edson Strapasson, quero parabenizar V. Exa. porque é muito importante tratarmos da Saúde Pública, não só do estado do Paraná, mas em termos nacionais, no nosso Brasil. Uma das grandes dificuldades que existe hoje é vermos o sofrimento, principalmente das pessoas mais carente, que precisam do serviço.

Sempre falo que Educação e Saúde são duas coisas muito importantes numa administração, mas a Saúde vem antes da Educação, porque se um filho ou alguém da família perder um dia de aula, ele pode recuperar no dia seguinte, mas um dia ou talvez uma meia hora na questão de saúde é fatal, não tem a sequência da vida.

Então hoje, por exemplo, em São José dos Pinhais, o município arca com muito. Já existe lá uma administração do hospital municipal, mas agora o município teve que assumir o Hospital São José. O hospital não vinha atendendo a demanda, a dificuldade era imensa, não existia o pronto-socorro, mas graças ao esforço, Leopoldo Meyer consegui reabrir o hospital com o pronto-socorro. Isso foi muito importante, porque pelo menos com a demanda de São José dos Pinhais, não sobra muito para Curitiba e, também, vai atender as outras localidades, Tijucas do Sul, Madirituba, que são próximas a São José dos Pinhais, nesta questão da Saúde.

A Saúde é um conjunto, que tem que ser todos juntos: Curitiba, Colombo, São José dos Pinhais, porque se não está atendendo bem no município, explode no outro. Daí há uma demanda muito grande e, infelizmente, muitas vidas se vão.

Tenho certeza que quando falei na abertura do Hospital São José, o Governo também tem uma participação através da Secretaria da Saúde, houve um investimento, mas acho que através do SUS o Governo Federal deixa muito a desejar na questão da Saúde. Infelizmente, está sobrando muito para os municípios, e o que cabe ao Governo Federal, não tem contribuído com a Saúde Pública do nosso Brasil.

Obrigado.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Que bom que São José dos Pinhais está colocando, aportando recursos. Tenho certeza que grande parte das prefeituras estão investindo muito mais que os 15%, que é o mínimo constitucional para a Saúde. Que bom, também, porque tem condições financeiras. Mas é evidente que se formos buscar, em termos de possibilidade, vamos encontrar, por exemplo, prefeituras na região, e quando eu falo que Almirante Tamandaré tem a população de Araucária e tem um orçamento seis vezes menor, quero

dizer que não adianta exigir que Tamandaré faça aquilo que Araucária pode fazer, porque ela não tem condições econômicas e financeiras para tal.

Portanto o estado, prioritariamente na Saúde, não pode esperar fazer a compensação regional para que haja um atendimento igual para todos.

Na Central de Leitos, para se ter uma idéia, da matéria publicada, de 30 a 40 solicitações, pedidos feitos na Central de Leitos de Curitiba, pela Santa Casa, quatro foram atendidos. Ou seja, muito pouco, muitos pedidos da região metropolitana. 30, 40 pedidos, quatro foram atendidos na Santa Casa de Curitiba. É evidente que se formos fazer uma análise real da situação vamos entender que Curitiba, por exemplo, de 70 solicitações por dia, representa 20% do total. Cinquenta por cento das demandas e solicitações da Central de Leitos refere-se à região metropolitana. Talvez porque a população de Curitiba está sendo encaminhada, está sendo, com folga, atendida, enquanto que a região metropolitana, uma cirurgia que era para ter sido feita no mês passado não foi feita e está marcada para daqui um ano. É evidente que esta doença vai exigir um momento de emergência e vai cair na Central de Leitos.

Então, é necessário, urgente, que o estado, conforme o Dr. Gilberto colocou, estabeleça prioridades por regiões e corrija essa distorção grave que tem, que Curitiba também recebe além dos recursos normais da gestão plena, que no ano passado deu R\$ 138 milhões. Ela recebeu mais R\$ 87 milhões para atender o restante das internações de outros lugares do Paraná.

Então, existe uma concentração muito grande de recursos administrado na rede hospitalar, por Curitiba. Existe o desespero da região metropolitana: Colombo, Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Tunas, Rio Branco, Itaperuçu, têm no mínimo 90% do atendimento SUS. No mínimo. A população, 10% talvez tenha condições econômicas de pagar no convênio ou um particular. Infelizmente, está hoje discriminada e é preciso que o Governo do Estado, quando se fala em leitos, não diga: “A nossa região está atendida porque temos 7 mil e poucos leitos e deveríamos ter nove, mas está próximo.”

A região metropolitana é a grande sacrificada desse processo de dificuldade. Quero crer que o Secretário Gilberto, que conhece muito bem esta questão, estabeleça a necessidade imediata de concentrar recursos na questão da região metropolitana e estabelecer um novo pacto, de forma que possamos, pelo menos, estabelecer a justiça social na Saúde, e que o cidadão de Colombo, Tamandaré, de São José, na hora de fazer o encaminhamento via SUS, seja um exame de alto custo, seja de uma cirurgia, seja de um atendimento emergencial, seja atendido da mesma forma que é atendido em Curitiba. Porque não é possível que 30% das vagas da Central de Leitos seja reservada à região metropolitana, ao litoral e a União da Vitória, que superam a população de Curitiba, e 70% fique para Curitiba, que muitas vezes, até pelo eu perfil, acaba não tendo tanta demanda.

Concedo um aparte ao Deputado Alysson.

O Sr. Alysson Wanscheer (PPS)

Primeiramente, quero parabenizá-lo pela explanação que faz! Creio que essa é a nossa realidade, nós que somos Deputados da região metropolitana e pudemos ouvir aqui também o Francisco Bühner, e há uma fila um pouco injusta, porque às vezes atende muito mais a população de Curitiba e menos a população da região metropolitana. Mas, penso que não é nem por maldade das pessoas que estão gerindo essa fila, e é interessante deixarmos claro isso, porque se chega uma pessoa no PA de Colombo ou no PA da Fazenda Rio Grande para ser atendida, com o mesmo grau de complexidade da doença ou da fratura, quem vai ganhar a UTI primeiro? Aquele que já está no Hospital do Trabalhador ou quem vai ser transportado?

Então, é lógica a questão da fila. O que temos que mudar é essa questão da discussão da bipartite, discutir realmente o que devemos fazer, não só na questão da Saúde, mas as outras questões, e não fazendo defesa deste Governo. Mas comento que o Governo já tem feito algumas ações nesse sentido, sendo, que nesta semana ou na semana que vem será inaugurado, em Araucária, um hospital referência da região; na Fazenda Rio Grande está para ser iniciado um hospital referência para pegar aquela parte sul de Curitiba, para que essas questões complexas, não precisem vir a Curitiba, mas que tenha a UTI no seu local regional, e creio que deve ser feito em Colombo, para resolver a questão da Saúde na região norte.

Creio que isso é debate para muito tempo, mas não poderia deixar de comentar e enaltecer o seu discurso e dizer que temos que, realmente, trazer para a Assembléia Legislativa uma discussão sobre isso, para que as questões de Saúde de Curitiba e região metropolitana sejam sanadas.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Obrigado pelo aparte, Deputado Alysson.

É evidente que em momento nenhum critiquei a questão da Central de Leitos, porque ela é feita por um sistema de computador e, logicamente, leva-se em consideração a gravidade, a idade etc. Então, você tem que escolher qual você vai atender, e no desespero de não ter demanda, atende-se mais rapidamente e com prioridade um jovem do que uma pessoa mais idosa, e uma doença mais grave do que uma menos grave. É evidente que é assim. Então, quero criticar que precisamos rever o pacto tripartite, pois a região metropolitana cresceu muito, pois Curitiba cresce a 1,8% e a região metropolitana de 5% a 6%. Então, hoje temos quase a mesma população na região metropolitana do que em Curitiba e estamos apenas com 30% e o estado pode e deve fazer frente a isso e é claro que toda a estratégia da região é importante e queremos aqui trabalhar nesse sentido.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa e cidadãos do Paraná.

Vejam só como o Governo do Estado é beligerante. Em hipótese nenhuma gostaria de ter criado atrito com o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, por causa de um pedido de informações. Apenas solicitei uma informação, através de uma questão de ordem aqui na Assembleia Legislativa, porque achei estranho, pois no momento em que foi feita a leitura pela Mesa Executiva de dois decretos com o mesmo número e com conteúdos distintos, fiz essa questão de ordem à Mesa e ao Líder do Governo, e eu não gostaria, Deputado Romanelli, de criar atrito com V. Exa., principalmente hoje, pois hoje estaremos juntos, eu, o Deputado Marcelo Rangel e o senhor, Deputado Luiz Claudio Romanelli, juntos, defendendo nosso projeto. Vamos conseguir, se Deus quiser com o apoio dos demais Parlamentares, derrubar o veto do Governador a um projeto que assinamos juntos. Então, principalmente na data de hoje.

Mas, o Líder do Governo disse que estou com vontade de governar o estado do Paraná. Não é isso. Se Deus o quiser e terei os paranaenses também, teria a honra de um dia poder governar o estado. Mas, por enquanto sou Deputado. E como Deputado, sou fiscal. Por isso, fiz este questionamento. Como não houve resposta, fiz um requerimento. E o requerimento é bem simples. Posso até mesmo retirar o requerimento se as informações vierem a contento. Mas, por enquanto não temos informações, porque a Agência Estadual de Notícias, que é um órgão oficial, publicou a seguinte matéria: que o Governador nomeou o Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, a APPA, como Secretário Especial para Assuntos Portuários, segundo o Decreto Governamental nº 3308. O Líder do Governo disse em seu pronunciamento que não existe este decreto, que foi um erro.

Isto poderia ter sido sanado ontem. Se com humildade o Governo admitisse que foi apenas um erro material, não precisava ter acontecido uma tempestade, como aconteceu de ontem para hoje. Tudo seria resolvido da melhor forma possível. Foi um erro, um lapso, um escorregão.

Mas, eu achei esquisito. Por que apenas numa questão de ordem, num pedido de esclarecimento, num tiro para cima, acabamos acertando um corvo? Por que os ânimo se exaltaram? Hoje existe um tom mais agressivo, inclusive por parte do Governo, com relação aos Deputados da Oposição. E eu não estou questionando a idoneidade, o trabalho do Sr. Eduardo Requião. Não. Em hipótese nenhuma. O nosso partido trava uma batalha, há muitos anos, com relação ao nepotismo. Isto é fato. Nós defendemos o posicionamento da Justiça com relação ao nepotismo. Agora, se existiu uma saída legal por parte do Governo para acomodar parentes em Secretarias, que isto se faça de maneira extremamente legal. Depois, vamos questionar a ética, a moralidade, de uma outra forma.

Mas, precisa ser feito de maneira legal, obedecendo aos preceitos jurídicos. É isto o que estamos questionando. Apenas isto.

Não quero criar atrito, em hipótese nenhuma, com a Bancada do Governo, com o Líder do Governo. Pelo contrário. Só vamos aprovar o requerimento, que também faz alguns questionamentos, como por exemplo o povo do Paraná, os cidadãos, querem saber quantas Secretarias Especiais existem no Governo do Estado. Se realmente houve a nomeação ou não. Se houve publicação. Se houve, realmente, uma falha por parte da Agência de Notícias. Pronto. Estas dúvidas sanadas, eu retiro o requerimento, com o maior prazer. E daí vamos defender o projeto que eu, inclusive, propus, juntamente com o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, para que consigamos derrubar o veto na tarde de hoje, o projeto do item nº 06 na pauta da Ordem do Dia da Assembleia Legislativa.

Era isto o que eu tinha para falar.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No horário destinado ao Grande Expediente, com a palavra o Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, Sras. e Srs. Deputados, nosso Capitão Jonas Guimarães.

Vou até pegar um gancho no que falou o nosso Deputado Strapasson sobre a região metropolitana, e vou abordar um pouco a CEASA. Há dois meses atrás eu vim aqui na tribuna e falei sobre a situação da CEASA, que estava com problema, principalmente na chamada pedra, onde os produtores rurais freqüentam e comercializam hortifrutigranjeiros, estava com problema de asfalto, está hoje totalmente na terra, problema de saneamento, porque estão entupidos os bueiros, e várias situações deprimentes, os banheiros em más condições, cobertura, a questão da estrutura da pedra, ou seja, está muito ruim, e nada foi feito.

Eu ainda estou aguardando, estou reunindo documentos e informações, porque o produtor da região metropolitana, pode ser de Mandirituba, da Fazenda Rio Grande, Deputado Alysson, pode ser de qualquer cidade, acordam 3h30, 4h manhã, para chegar lá ainda sem sol, 5h da manhã, 5h30, para poder comercializar o produto que nós compramos em todos os lugares de Curitiba, e é de tudo, qualquer tipo de hortaliça, fruta, até acerola. Mas eles fazem um trabalho muito bonito e hoje estão numa situação delicada. Só de estacionamento eles arrecadam mais de R\$ 150 mil por mês, os produtores rurais, porque para estacionar os seus caminhões eles pagam um valor diário. Uma dedetização custa R\$ 400, não é feita; um desentupimento, uma reforma no banheiro. É um absurdo o que eles fazem lá.

Então, eu ainda estou sendo light, mas acho que quando eu chegar aqui um pouco mais documentado, como estou fazendo, acho que vai cair essa diretoria da CEASA se não tomarem nenhuma providência com relação aos produtores rurais e a CEASA como um todo. Até na questão da segurança, agora infelizmente está tendo muito assalto lá dentro, porque os vigilantes não podem mais portar armas. É muito complicada a situação que acontece na CEASA. É uma cidade, ali freqüentam e trabalham mais de 50 mil pessoas/dia. É uma loucura o que estamos presenciando lá.

Eu queria abordar agora um projeto de lei de minha autoria, que quero pedir atenção da Casa e da Mesa Executiva para que traga ao Plenário para que seja votado, é o Projeto de Lei nº 304, que eu apresentei em 2007. Ele prevê que as empresas concessionárias de telecomunicações, empresas de energia elétrica e outras, fiquem obrigadas a usar tubulação subterrânea no anel central e nos municípios do estado do Paraná com mais de 150 mil habitantes. E naquele município que tem menos de 150 mil habitantes, que usa-se uma rede compacta, onde todos os fios, ao invés de ficar diversos fios num poste, fiquem num só, juntos. Tem prazo para isso ser implantado: um ano, no centro das cidades e três anos em todos os bairros. E porque isso? Primeiro, pela questão urbanística, a beleza da cidade, questão de turismo; segundo, pela questão de meio ambiente. Hoje as árvores frondosas não existem mais, são todos os meses podadas, destruindo ninhos de passaros, e fica algo muito feio. Segundo, porque a tecnologia hoje permite, com poucos recursos, até porque todas as cidades já estão com redes subterrânea praticamente, em boa parte aqui em Curitiba, onde passa a questão de internet, TV a cabo, e várias outras situações, já é subterrânea, poderia ser utilizado o mesmo espaço. Além de ser muito mais barato, hoje, você fazer aonde não tem toda a estrutura necessária, você acabaria com a falta de energia elétrica quando chove, caem postes, caem árvores em cima de fiação. A questão da segurança mesmo, batidas diminuiriam, ou seja, é uma situação importante e que deveria ser votada e tratada por esta Casa.

Então, quero pedir à Mesa que olhe com carinho e agilize para que esse Projeto nº 304, de 2007, venha para ser votado. Acho que isso vai beneficiar o Paraná e Curitiba.

Hoje todas as cidades do mundo já adotam a fiação subterrânea, principalmente para a beleza do meio ambiente. Tira um custo da manutenção, que hoje é grande. Todos os dias, em vários locais da cidade, são podadas árvores. Há prejuízo quando cai rede de energia elétrica.

Quero abordar também a situação do nepotismo. Essa lei editada, através de uma súmula vinculada pelo Supremo, sou a favor dela. Ela vem para melhorar. É muito importante que isso vingue no Brasil. Não pode mais acontecer contratações de parentes para cargo nenhum, nem que seja competente e honesto, porque havia um abuso. Espero que o Brasil evolua com essa lei.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto as Lideranças do PP, PT, PSDB, PDT, Bloco PPS/PMN, Bloco PTB/PR, Bloco PSB/PRB/PV. Democratas, Liderança da Oposição.

(**Declinam**).

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 055/08-Interno, subscrito pelo Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, comunicando que em virtude de compromissos políticos assumidos na região do Vale do Ivaí, precisou se ausentar da Sessão Plenária realizada no dia 01/09/08. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 214/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, reivindicando ao Sr. Governador do Estado, a instalação de Defensorias Públicas Estaduais nos municípios com mais de 250 mil habitantes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria de Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 288/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 430/08, que cria e transforma cargos do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça. **Aprovada. (Publ. no DA nº 106/08, de 01/09/08, em 1ª Discussão).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 352/08, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de utilidade pública estadual a PROVOPAR - Programa de Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Agudos do Sul. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 352/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o PRO-VOPAR de Agudos do Sul - Programa de Voluntariado Paranaense de Agudos do Sul, sede no município de Agudos do Sul e foro no município de Fazenda Rio Grande.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03/09/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 356/08, de autoria do Deputado Plauto Miró, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Lua Nova com sede e foro no município de Ponta Grossa. **Aprovada. (Publ. no DA nº 097/08, de 19/08/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 358/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública a Fundação Associativa Guarani, com sede e foro no município de Colombo. **Aprovada. (Publ. no DA nº 097/08, de 19/08/08, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 802/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre o atendimento personalizado ao consumidor no estabelecimento de prestador de serviços públicos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a assistência especial a ser fornecida às parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Discussão Única (Proposições)

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 025/08, veto aposto ao Projeto de Lei nº 656/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli e Marcelo Rangel, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga a sede do município de Rebouças ao distrito de Marmeleiro. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OFÍCIO/CTL/CC Nº 053/08

Curitiba, em 20/02/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 385/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 656/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga a sede do município de Rebouças ao distrito de Marmeleiro.

Ressalte-se que a Secretaria de Estado dos Transportes - SETR, informa que não há previsão orçamentária para obras de pavimentação e manutenção da referida via, contida no projeto de lei.

Ademais, o município deve demonstrar o interesse na estadualização, apresentando a lei municipal com o mesmo objetivo.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a consideração dessa Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO - Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 656/07 encontra-se publicado no DA nº 106/07, de 05/09/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 025/08

P A R E C E R :

A Proposição de Veto ao Projeto de Lei nº 656/07, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Marcelo Rangel, autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga a sede do município de Rebouças ao distrito de Marmeleiro.

Usando da prerrogativa que lhe é constitucionalmente conferida, o Sr. Governador, tendo recebido em 29/01/08 o autógrafo correspondente à redação final do projeto em questão, vetou-o integralmente no dia 20 de fevereiro e o encaminhou a esta Assembléia Legislativa, através do OF/CTL 053/08, recebido na mesma data.

Cumpridos os ditames constitucionais tratam da participação do Chefe do Poder Executivo no processo de elaboração legislativa, conforme artigo 72 e parágrafos da Constituição Estadual, a Proposição de Veto em apreço está em condições de ser encaminhada para discussão e votação em Plenário.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sra. Presidente, chamada nominal.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Teruo Kato)
(Procede à chamada nominal)

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Consulto aos Srs. Deputados se todos digitaram suas senhas?

Vinte e três Deputados presentes. Não há quórum para votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Pela Ordem, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Sra. Presidente, eu ouvi o 1º Secretário fazer a chamada nominal daqueles Deputados que pediram licença da Assembléia. Não sei se estão em licença e será computado para efeito de quórum. Pelo que me consta, cinco, seis ou sete Deputados estão licenciados para promover a campanha de Prefeitos. Então, fica a dúvida se eles deveriam ser chamados na chamada nominal, ou seus nomes seriam excluídos porque estão licenciados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Enquanto V. Exa. decide a questão de ordem, só quero registrar o seguinte: fiz apelos públicos para que especialmente a mídia não promovesse, de fato, uma pressão em relação aos candidatos para que não se licenciasssem, porque não tínhamos como substituir aqueles que, em função da cidadania - Deputado Belinati, V. Exa. que não se licenciou, atendeu este apelo, está aqui no plenário - os que se licenciaram, foi por conta daqueles que fizeram a pressão pública e agora esta Casa, neste momento, não tem condições de deliberar.

Imagine se tivéssemos, hoje, aqui, ainda tendo que votar o reajuste dos professores. Felizmente já votamos semana passada, mas veja só o quanto que tem que ser avaliada cada uma das posturas. Aqui estamos vivendo um momento igual eu acreditava que íamos acabar vivenciando nesta Casa.

Por isso, fica aqui apenas o registro de que temos que refletir muito. Esta Casa não pode ser pautada pela mídia. Esta Casa tem responsabilidades com o povo do Paraná e nós, quando pautados por aqueles que têm sentimentos, pequenos burgueses, encontramos aqui o resultado de não conseguirmos o quórum para o processo de votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Quero discordar do Deputado Romanelli, primeiro porque os atuais candidatos a Prefeito, eu e o Deputado Belinati, estamos aqui. Eu não faltei nenhuma Sessão e até o último dia da campanha vou estar aqui, porque primeiro é o dever de cumprir o mandato que você tem. Como é que vai querer outro mandato se você não cumpre o daqui? Agora, acho que não é culpa só dos que se

licenciaram. Quantos se licenciaram? Cinco, seis, quantos Deputados estão licenciados hoje, meia-dúzia? A Assembléia é composta por 54 Deputados e temos 25 em plenário. Então, não é só culpa dos licenciados também. Agora, eu e o Deputado Belinati, em plena campanha, estamos aqui cumprindo o nosso mandato.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Quero informar a V. Exas. que há quórum, sim, suficiente para o prosseguimento da Sessão e, portanto, para as votações, tendo em vista que temos os licenciados devidamente justificados. Então, há quórum suficiente, 25 Srs. Deputados presentes e a justificativa dos Deputados licenciados. Então, gostaria de pedir aos Srs. Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto que possam, portanto, digitar SIM; e os que forem contrários digitem NÃO.

A Mesa acabou de nos informar que em função dos Deputados que pediram licença, portanto, 25 presentes e com a justificativa dos Deputados que pediram licença ou afastamento, a Mesa acabou de nos informar que podemos, portanto, dar continuidade à Sessão e às votações.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Exa., não concordo. Na minha ótica, o quórum aqui é sobre 54 Parlamentares. A decisão que a Mesa está tomando de baixar o coeficiente do quórum não é legal.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sra. Presidente, gostaria de saber qual é o artigo que diz que o Deputado que está fora tem direito a contar o voto. Acho que isso não está certo.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Deputada Cida, Srs. Parlamentares, vamos entender o quórum, eu não quero ser o dono da verdade: a Casa tem 54 Parlamentares. Para deliberar, precisamos de 28, maioria absoluta. Como tem cinco Parlamentares em licença, se tem mais de cinco, temos 49 Parlamentares. O quórum, hoje, da Casa, é 49 Parlamentares e a maioria absoluta de 49 é 25. Há quórum para deliberar, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Temos, portanto, aqui um impasse, onde temos uma orientação da Mesa. Como o plenário é soberano, consulto a Liderança da Oposição e do Governo...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sra. Presidente, não podemos mudar a Constituição. Temos 54 Parlamentares, licenciados ou não, isso não interessa, o quórum mínimo é 27.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)

Quero me somar às palavras do Deputado Valdir Rossoni, sob pena de votarmos e a votação não ter validade. Então, acho que temos que seguir o Regimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Quero registrar o que falei no início, aqui. Quando eu era contrário à licença dos Parlamentares, era justamente por conta de um momento igual ao que estamos vivendo. Então, veja, não dá para subtrair o número de Parlamentares licenciados, do quórum que é legal desta Casa. O quórum legal é de 28 Parlamentares, que têm que registrar a sua presença no painel. Desculpe, V. Exa., pode-se fazer qualquer interpretação, mas sobre legitimidade do processo de votação, havido da legalidade, não podemos transigir. Quero aqui manifestar a minha posição.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

V. Exa. tem toda a razão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Deputada Cida?

(Assentimento)

Talvez nesta fala do Deputado Romanelli - entendo o seu posicionamento - é preciso dizer que é regimental a licença dos Srs. Parlamentares, senão daqui a pouco os Parlamentares que estão em licença acabam com uma falação dessa, sendo questionados na sua disputa eleitoral.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

É legítima a licença.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

É legítima a licença. Temos que trabalhar com o número que temos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sra. Presidente?

(Assentimento)

Queria saber se a Assembléia vai descontar, depois, o salário dos Deputados que não estão licenciados e que não estão na Sessão. São apenas seis licenciados. O painel marca 25, com seis, são 31. Onde estão os demais? Vai se descontar o dia dos demais? Não é só culpa dos licenciados.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Devidamente registrado, Deputado Jocelito.

Requerimentos**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2336, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 2338 e 2340, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Não há quórum suficiente para as votações e nem para o prosseguimento da Sessão.

Declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 025 e 026/08.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 802/07 e 124/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 152, 174, 232, 252 e 256/08 e do Projeto de Resolução nº 017/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1062/08**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7209, datado de 12/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a CARLOS EDUARDO PACCA CARAZZAI, matrícula nº 40913, portador do RG nº 5.006.594-4/PR e do CPF nº 807.361.819-20, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 30/05/91, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-01, lotado na Diretoria Legislativa, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21/08/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1064/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7213, datado de 12/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a RONALDO MOSELLI, matrícula nº 40952, portador do RG nº 4.992.051-2/PR e do CPF nº

659.285.209-72, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01/06/90, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBB-03, lotado na Diretoria Legislativa, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21/08/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1065/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6953, datado de 05/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ALEXANDRE CARON NETO, matrícula nº 40284, portador do RG nº 3101396-8/PR e do CPF nº 561.633.129-53 funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 17/02/84, ocupante do cargo de Médico, nível NUE-02, lotado na Coordenadoria de Serviços Médico, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 e 22/12/02. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21/08/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1067/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6771, datado de 29/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a JESILDA DE OLIVEIRA E SILVA, matrícula nº 40326, portadora do RG nº 2.200.372-0/PR e do CPF nº 394.231.409-63, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01/03/84, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-03, lotado no setor da Portaria, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 e 22/12/02. O

período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21/08/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1068/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7129, datado de 08/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a DEONILSON ROLDO, matrícula nº 117, portador do RG nº 2.021.385/PR e do CPF nº 371.416.439-15, funcionário estatutário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 17/07/84, ocupante do cargo de Jornalista, nível NUE-05, lotado na Coordenadoria de Divulgação, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 17/07/84 e 17/07/89. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22/08/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1070/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7367, datado de 18/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a HILTON RONALD ALICE, matrícula nº 44, portador do RG nº 319.234-2/PR e do CPF nº 003.100.939-53, funcionário estatutário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 29/01/63, ocupante do cargo de Procurador, 3ª Classe, com lotação na Procuradoria Geral, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 18/08/03 e 18/08/08. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27/08/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário